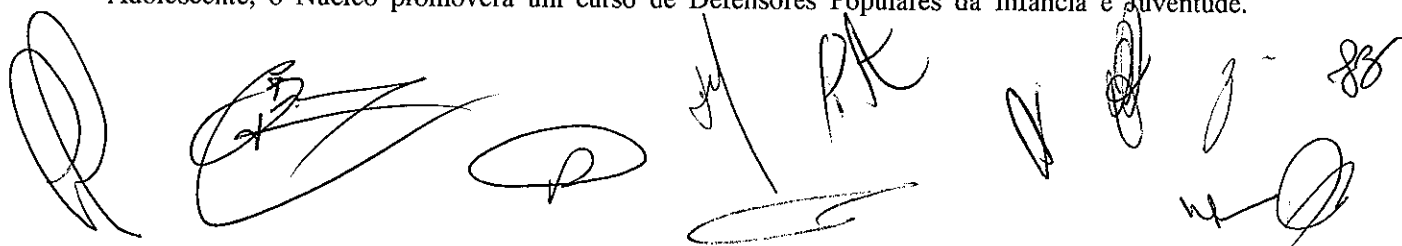
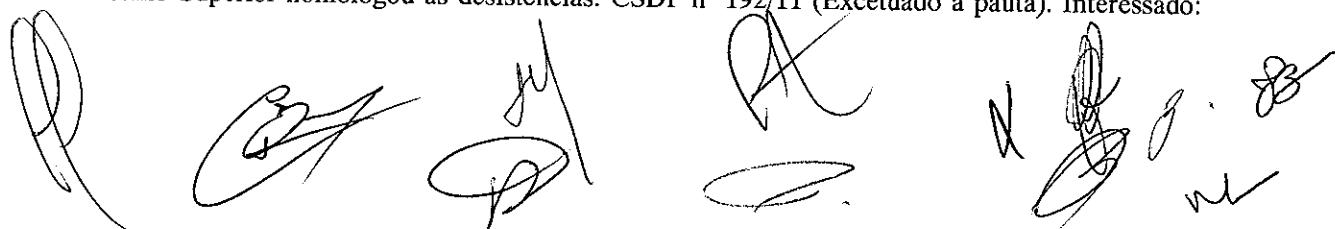


**ATA DA 235ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012**

Aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e onze, no Auditório do Edifício sede da Defensoria Pública do Estado, situado na Rua Boa Vista, nº 200, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as) Pedro Antonio de Avellar, José Moacyr Doretto Nascimento, Fabiana Botelho Zapata, Bruno Diaz Napolitano, Luiz Raskovski, representando a Conselheira Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Márcia Regina Garutti, Denise Nakano Veronezi, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Juliana Garcia Belloque, Luis Cesar Rossi Francisco, e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Ausentes justificadamente os Conselheiros Antonio José Maffezoli Leite, Luciana Zaffalon Leme Cardoso e Franciane de Fátima Marques. Deu-se início aos trabalhos às 09h40min. A presidente comunicou que Assembléia Legislativa do Estado aprovou a tramitação em caráter de urgência do PLC 29/2011, que trata da remuneração dos Defensores Públicos. Noticiou que estará presente na Pré-Conferência de São Carlos. Informou que foi assinado contrato para crédito consignado em folha de pagamento com o Banco do Brasil. Passou-se as comunicações da Secretária, que justificou a ausência do Conselheiro Antonio Maffezoli e Franciane de Fátima Marques. Não havendo mais comunicações, passou-se ao momento aberto. A Presidente abriu a palavra aos inscritos. O Defensor Público Wagner Giron de La Torre, representando os Defensores Públicos desvinculados, manifestou-se sobre as ações de criminalização do exercício de função de Defensor Público por parte da OAB/SP, instando a carreira para se unir a favor da independência funcional e autonomia administrativa da instituição. Explicou que não houve nenhum movimento organizado de desvinculação e que esses casos decorreram de decisões pessoais espontâneas. Opinou que o ofício enviado pela Presidência da OAB/SP à Defensoria Geral é uma ofensa institucional, com o agravante de ter sido enviado também a magistrados, membros do Ministério Público e autoridades policiais. Informou que não haverá acordo com a OAB no sentido de isenção de pagamento de anuidade e desvinculação com o Tribunal de Ética, visto que a garantia constitucional da Instituição é inegociável. Encaminhou quatro propostas, quais sejam: que a Defensoria Geral veicule imediata resposta ao ofício difamatório do Presidente da OAB/SP, afim de evitar dubiedades e consolidar o posicionamento institucional, esclarecendo à comunidade jurídica a posição da instituição sobre o tema; que os Conselheiros participem mais intensamente no apoio e defesa dos Defensores Públicos envolvidos, inclusive dialogando com autoridades judiciárias e Ministério Público; que o Conselho Superior priorize a solicitação de desagravo feita pela Comissão de Prerrogativas; que o Conselho Consultivo da Ouvidoria se envolva na questão se manifestando efetivamente contra os atos de criminalização aos Defensores Públicos desvinculados perpetrados pela Presidência da OAB/SP, enviando requerimento e consolidando contatos pessoais junto ao Procurador Geral de Justiça e demais autoridades, vindicando o arquivamento dos pleitos. O Defensor Público Daniel Guimarães Zveibil, Presidente da Comissão de Prerrogativas, destacou a importância desta data para firmar o compromisso da Defensoria Pública com as garantias institucionais. Opinou que é necessário à Defensoria enfrentar um embate com a OAB, entendendo que adir pode tornar a legislação aplicável ineficaz, dando causa à sua revogação. Concorde com a Presidência no quando diz que não é oportuno um rompimento político, mas opinou por um rompimento administrativo. O Defensor Fabrício Quintanilha reiterou os argumentos do Presidente da Comissão de Prerrogativas. O Defensor Público Coordenador do Núcleo Especializado de Infância e Juventude, Diego Vale de Medeiros, informou que no dia 19/5, Dia da Defensoria Pública, 35 Defensores Públicos visitarão mais de 60 unidades de internação e abrigos para realização de atividades de educação em direitos e distribuirão cartilhas temáticas produzidas pela Anadep, com ilustrações do cartunista Zivaldo. Informou que durante a semana de comemoração do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Núcleo promoverá um curso de Defensores Populares da Infância e Juventude.



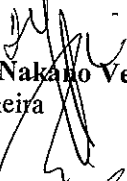
Também será promovido o curso Novos Rumos nas unidades de Ribeirão Preto, Osasco, Presidente Prudente, Registro, Mogi das Cruzes e Araraquara. Além disso, será realizado em Santos e Marília o curso Rearticulando. A Presidente parabenizou o trabalho do Núcleo de Infância e Juventude pelas iniciativas. A Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, Anaí Arantes, informou o protocolo do relatório semestral do Núcleo e colocou-se a disposição para quaisquer esclarecimentos. A Presidente apontou que a Defensoria Geral e o Conselho Superior se posicionaram sobre o tema, manifestando total respaldo aos Defensores que se desvincularam da OAB, promovendo visitas às comarcas onde a questão da desvinculação foi levantada. Reiterou também que promoveu visitas institucionais oficiais à Presidência do Tribunal de Justiça, à Procuradoria Geral de Justiça e à Corregedoria Geral de Justiça, nas quais apresentou documentos oficiais com argumentos jurídicos pelo respaldo da desvinculação. Informou que não haverá qualquer demissão ou exoneração por conta das desvinculações. Salientou que não é possível, no âmbito estadual, romper administrativamente com a OAB sem gerar uma ruptura política, como aventado pelo Presidente da Comissão de Prerrogativas. O representante da Apadep, Rafael Vernaschi, relatou que a associação enviou materiais com conteúdo jurídico para que Defensores que atuam em São Miguel Paulista pudessem defender suas capacidades postulatórias. Informou que Defensores que atuam em Osasco também pediram auxílio à Apadep. Mencionou ainda que em Minas Gerais, mais da metade dos Defensores são desvinculados da OAB. Por fim, ele argumentou que foi criada no âmbito da Assembléia Legislativa de SP a Frente Parlamentar pela Advocacia Pública, mas que nenhum dos pleitos da Frente inclui demandas da Defensoria. O representante da Ouvidoria-Geral, Defensor Luiz Rascovski, disse que a Ouvidoria-Geral irá atender o pleito apresentado pelo Defensor Público Wagner Giron e levar a questão ao Conselho Consultivo do órgão. Colocou-se à disposição para instar os Subouvidores e os membros do Conselho Consultivo. Relatou que durante uma sustentação oral recente, foi questionado por um desembargador sobre se era ou não inscrito nos quadros da OAB e só que sim, foi dada a palavra a ele. A Presidente lembrou que, por orientação da Defensoria Geral, o Coordenador do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores, Defensor Pedro Giberti, reuniu-se com Desembargadores do TJ-SP para apresentar documentação oficial com argumentos jurídicos pela capacidade postulatória independente de vinculação à OAB. A Conselheira Juliana Belloque avaliou que não é salutar que a Defensoria se divida entre Defensores vinculados e desvinculados, ponderando que a questão da desvinculação atinge a todos os Defensores, incluindo aqueles filiados à OAB. Avaliou que a causa da desvinculação é importante e deve ser travada, mas sua estratégia deve considerar os efeitos que esse debate pode ter no momento atual para outras causas também importantes à instituição. A Presidente destacou que a prioridade institucional é o julgamento da ADIN 4163 no STF. A Conselheira Fabiana Questionou se o conselho superior deve ir às regionais sem ser instado. O Conselheiro Bruno Napolitano sugeriu que fosse realizado um cronograma de visitas às comarcas para que magistrados e promotores locais pudessem ser esclarecidos sobre a capacidade postulatória dos Defensores. Juliana propôs que a sessão de desagravo seja realizada em Registro, acompanhada de uma sessão ordinária do Conselho. A Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público Menésio Pinto Cunha, que relatou todo o ocorrido quando decidiu se desvincular da OAB/SP, e agradeceu o apoio dado pela Administração Geral e pela Apadep, se mostrando esperançoso quanto aos efeitos positivos desta. A Presidente encaminhou as propostas trazidas. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, que a Comissão de Prerrogativas trará na próxima sessão uma proposta de sessão de desagravo, com locais e datas, e que o representante da Apadep fará um cronograma de visitas às comarcas nas quais há unidades da Defensoria, iniciando pela Regional de São José dos Campos, visto que esta já solicitou apoio do Colegiado via ofício, contando com a presença de um Defensor integrante da Administração Superior, um Defensor Conselheiro eleito e um representante da Apadep. Não havendo mais manifestações dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 190/11. Interessado: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de Remoção a pedido. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. A Presidente deu início ao certame chamando por ordem de antiguidade os inscritos. Não havendo nenhum interessado, o Conselho Superior homologou as desistências. CSDP nº 192/11 (Excetuado à pauta). Interessado:



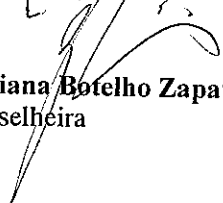
Coordenador da Regional de Campinas. Assunto: Pedido de abertura de Concurso Regionalizado de Estagiários para as unidades de Vila Mimososa, Campinas e Piracicaba. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O relator leu o voto favorável à inclusão da regional de Osasco no Certame. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a inclusão da Regional de Osasco no certame. CSDP nº 188/11. Interessado: Wagner Giron de La Torre. Assunto: Pedido de afastamento para participar como palestrante no evento "Justiça Ambiental e Emergências: Missão da Igreja", no dia 20 de maio de 2011. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o voto. A presidente questionou se afastamento para proferir palestra esta no âmbito do Conselho Superior ou da Administração Geral. O representante da Ouvidoria consignou que a Ouvidora-Geral quem intermediou este convite para o Defensor Público. A Conselheira Juliana defendeu a elaboração de um enunciado para normatizar a questão. O Conselheiro José Moacyr considera que a questão é atribuição do Conselho. A presidente se comprometeu a trazer uma proposta ao Conselho Superior para regularizar o afastamento de palestrantes. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o pedido de afastamento, sem percepção de diárias e outras verbas indenizatórias para o interessado. CSDP nº 173/11. Interessado: Coordenador do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP Nº 84/08 (regulamenta a abertura de prazo para participar, como membro ou colaborador, dos Núcleos Especializados, fixa o limite de seus integrantes e dá outras providências). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator leu o voto aprovando a alteração de 15 membros para 20 membros. Vista concedida a Conselheira Denise Nakano Veronezi. CSDP nº 361/10. Interessado: Jose Adriano de Oliveira e outros. Assunto: Pedido de atualização da bolsa auxílio dos estagiários e adequação do valor do auxílio transporte. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. Retirado de pauta a pedido do relator. CSDP nº 261/10. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 164/11. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral de atividades do Núcleo Especializado (segundo semestre de 2010). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 146/11. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2010 a fevereiro de 2011). Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 148/11. Interessado: Coordenadora do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 084/08 para aumento de integrantes, e abertura de inscrições para membros e colaboradores do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 483/10. Interessado: Wladimir Alves Bitencourt. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 25/06 (que regulamenta o Concurso de Promoção na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 484/10. Interessado: Alexandre Calixto. Assunto: Pedido de Reconhecimento de direito à nomeação ao cargo de Defensor Público. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 133/11. Interessado: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de Promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2010. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 136/11. Interessado: Wagner Giron de La Torre. Assunto: Concurso de Promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2010. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.

CSDP nº 137/11. Interessada: Ana Paula Kayamori de Oliveira. Assunto: Concurso de Promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2010. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 138/11. Interessado: Aparecido Eduardo dos Santos. Assunto: Concurso de Promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2010. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 140/11. Interessada: Silvana Jota de Figueiredo. Assunto: Concurso de Promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2010. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 144/11. Interessada: Ana Claudia Carvalho Vigliar. Assunto: Concurso de Promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2010. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 145/11. Interessado: Roque Jerônimo de Andrade. Assunto: Concurso de Promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2010. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 147/11. Interessado: Patricia Malite Imperato. Assunto: Concurso de Promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2010. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 171/11. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório de atividades do Núcleo Especializado (agosto de 2010 a fevereiro de 2011). Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 175/11. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação 109/08 (regulamenta a gratificação pelo exercício). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos treze dias do mês de maio do ano de 2011.

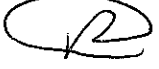
  
**Daniela Sollberger Cembranelli**  
Presidente

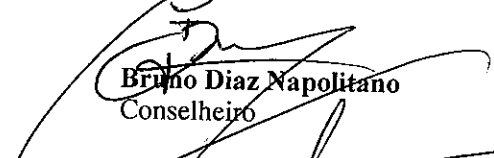
  
**Denise Nakano Veronezi**  
Conselheira

  
**Luiz Rascovisk**  
Conselheira

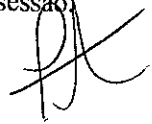
  
**Fabiana Botelho Zapata**  
Conselheira


  
**Márcia Regina Garutti**  
Conselheira

  
**Luis Cesar Rossi Francisco**  
Conselheiro

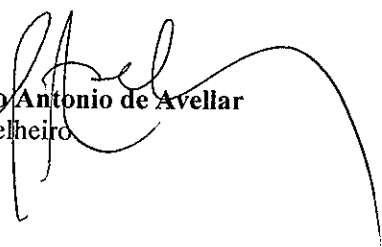
  
**Bruno Diaz Napolitano**  
Conselheiro

  
**José Moacyr Doretto Nascimento**  
Conselheiro

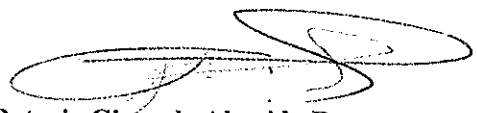




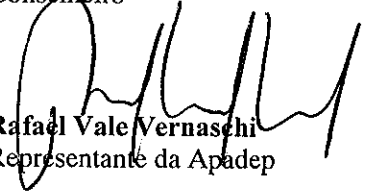
**Juliana Garcia Belloque**  
Conselheira



**Pedro Antonio de Avellar**  
Conselheiro



**Octavio Ginez de Almeida Bueno**  
Conselheiro



**Rafael Vale Vernaschi**  
Representante da Apadep